

SECRETARIA REGIONAL DA SAÚDE**Despacho n.º 174/2017**

Nos termos do artigo 29.º n.º 2 do Decreto Legislativo Regional n.º 11 /2016/M, de 9 de março, republicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 22/2016/M, de 20 de maio, que estabelece a estrutura de organização dos cuidados de saúde primários na Região Autónoma da Madeira, a carteira básica de serviços e os princípios da carteira adicional da prestação de cuidados de saúde nas Unidades de Saúde Familiar (USF) são fixados por despacho do Secretário Regional da Saúde.

É o que visa o presente Despacho.

Assim, em conformidade com o disposto no artigo 29.º n.º 2 do Decreto Legislativo Regional n.º 11 /2016/M, de 9 de março, republicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 22/2016/M, de 20 de maio, determino o seguinte:

Artigo 1.º

O presente despacho aprova a carteira básica de serviços e os princípios da carteira adicional de serviços das Unidades de Saúde Familiar (USF), constantes dos anexos I e II do presente despacho, do qual fazem parte integrante.

Artigo 2.º

O presente Despacho entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Secretaria Regional da Saúde, no Funchal, aos 28 dias de março de 2017.

O SECRETÁRIO REGIONAL DA SAÚDE, Pedro Miguel de Câmara Ramos

Anexo I do Despacho n.º 174/2017, de 31 de março**Carteira básica de serviços**

Como princípio geral, a vertente dos cuidados personalizados dos centros de saúde está reorganizada em pequenas unidades funcionais multiprofissionais, unidades de saúde familiar (USF), com autonomia funcional e técnica, num quadro de contratualização interna, envolvendo objetivos de acessibilidade, adequação, efetividade, eficiência e qualidade.

As USF configuram, assim, um modelo organizacional leve e flexível que se contrapõe às tradicionais estruturas hierárquicas e burocráticas de poder e de decisão vertical.

Naquelas unidades, as funções de gestão e de execução tendem a fundir-se ao nível operativo.

A USF é a unidade elementar de prestação de cuidados de saúde ao indivíduo e famílias e deve estar integrada em rede com as outras unidades funcionais do centro de saúde (n.ºs 1 e 4 do artigo 3.º do Decreto-Lei 298/2007, de 22 de agosto).

Em todos os modelos de USF existe um compromisso assistencial nuclear, denominado carteira básica de serviços, igual em tipo e qualidade, variando apenas os aspetos quantitativos de número de cidadãos abrangidos, horários disponibilizados e serviços adicionais ou complementares, intitulados carteira adicional de serviços, contratualizados em sede de candidatura e revistos anualmente.

A carteira básica de serviços é aplicável a todas as USF do Serviço Regional de Saúde, independentemente do seu modelo e dos diversos enquadramentos jurídico-institucionais que a cada USF possam ser atribuídos.

I - Carteira básica de serviços para USF

O compromisso assistencial explicita o que deve ser obrigatoriamente contratualizado como fundamental em termos de cuidados de medicina geral e familiar e de enfermagem: núcleo base de serviços clínicos, secretariado clínico/administrativo, funcionamento, dimensão da lista de utentes e formação contínua.

A - Núcleo base de serviços clínicos (desenvolvido no n.º ii do presente anexo):

- 1) Vigilância, promoção da saúde e prevenção da doença nas diversas fases de vida:
 - 1.1) Geral;
 - 1.2) Saúde da mulher;
 - 1.3) Saúde do recém-nascido, da criança e do adolescente;
 - 1.4) Saúde do adulto e do idoso;
- 2) Cuidados em situação de doença aguda;
- 3) Acompanhamento clínico das situações de doença crónica e patologia múltipla;
- 4) Cuidados no domicílio;
- 5) Interligação e colaboração em rede com outros serviços, sectores e níveis de diferenciação, numa perspectiva de «gestor de saúde» do cidadão.

B - Secretariado clínico/administrativo. - O secretariado clínico/administrativo é o rosto da USF no relacionamento com o cidadão, pelo que há a considerar:

- 1) Atendimento e encaminhamento do cidadão:
 - 1.1) Programação e marcação de consultas - consultas programadas; consultas sem programação da iniciativa do utente;
 - 1.2) Monitorização do tempo de espera e desistências;
- 2) Gestão da comunicação:
 - 2.1) Difusão atualizada do funcionamento dos serviços;
 - 2.2) Informação a pedido;
- 3) Gestão de procedimentos administrativos:
 - 3.1) Participação na gestão dos processos clínicos;
 - 3.2) Participação nos procedimentos referentes à prescrição crónica;

- 3.3) Registo e acompanhamento relativos à referência;
- 3.4) Gestão dos dados administrativos do cidadão;
- 3.5) Gestão das áreas de apoio administrativo;
- 3.6) Participação na gestão do sistema de informação;
- 3.7) Participação na receção e na resposta a queixas, reclamações e sugestões dos cidadãos.

C - Horário de funcionamento. - A USF garante o seu funcionamento, nos dias úteis, entre as 8 e as 20 horas. De acordo com as características geodemográficas da área assistida pela USF, a dimensão da lista de utentes e o número de elementos que integram a equipa multiprofissional, o horário de funcionamento pode ser objeto de redução ou alargamento, conforme o estipulado no n.º 5 do artigo 10.º do Decreto-Lei 298/2007, de 22 de agosto.

D - Dimensão da lista de utentes. - A dimensão da lista de utentes da carteira básica de serviços deve ter, no mínimo, 1917 unidades ponderadas a que correspondem, em média, 1550 utentes por médico de uma lista padrão nacio-

nal, nominalmente designada por lista, conforme o estipulado no n.º 3 do artigo 9.º do Decreto-Lei 298/2007, de 22 de agosto.

E - Formação contínua. - A USF deve ser um espaço de formação e inovação. O desenvolvimento profissional contínuo dos seus elementos é um requisito indispensável para o seu sucesso e para a manutenção e melhoria da qualidade dos serviços prestados.

A formação contínua deve ser prevista, para todos os profissionais, concertada em planos individuais anuais e coletivos, tendo em conta as necessidades pessoais e os interesses da USF.

Semanalmente, a USF deve disponibilizar tempo para exame de processos/procedimentos de trabalho diário, e da maneira como podem ser melhorados, incluindo a discussão de casos clínicos e a abordagem de problemas da prática clínica pelos próprios elementos da USF.

II - Núcleo base de serviços clínicos

Carteira básica de serviços de saúde por área e subárea de intervenção e atividade/cuidado prestado pela equipa multiprofissional da USF (médicos e enfermeiros) (ver documento original)

Número	Área e subárea de intervenção	Atividade/cuidado prestado
1	<p>Vigilância, promoção da saúde e prevenção da doença nas diversas fases da vida.</p> <p>[Vigilância de acordo com as circulares normativas da Direcção-Geral da Saúde (DGS) e orientações estratégicas do PRS.]</p>	<p>1.1 - Geral:</p> <p>a) Identificação das necessidades de saúde quer individuais, quer familiares nas situações selecionadas consoante as prioridades e critérios adequados à prossecução dos objetivos do plano da USF e do Plano Regional de Saúde;</p> <p>b) Intervenção personalizada de informação e de educação para a saúde nomeadamente, as áreas relacionadas com a promoção e proteção da saúde nas diversas fases da vida;</p> <p>c) Assegurar o cumprimento do Plano Regional de Vacinação;</p> <p>1.2 - Saúde da mulher:</p> <p>1.2.1 - Planeamento familiar:</p> <p>a) Promoção do planeamento familiar em corresponsabilização e fornecimento gratuito de métodos anticoncepcionais;</p> <p>b) Introdução de DIU quando essa for a opção da mulher;</p> <p>c) Prevenção e tratamento de infeções transmissíveis sexualmente;</p> <p>d) Rastreio de tipo oportunístico do cancro do colo do útero e da mama;</p> <p>e) Identificação e encaminhamento de situações de violência;</p> <p>1.2.2 - Cuidados pré-concepcionais:</p> <p>a) Avaliação inicial e aconselhamento geral pré-concepcional a pedido dos casais, ou oferecidos de forma pró-ativa pela equipa;</p> <p>b) Referenciação a cuidados pré-concepcionais especializados, quando indicado, e acompanhamento da situação, em continuidade e articulação de cuidados;</p> <p>1.2.3 - Vigilância da gravidez:</p> <p>a) Vigilância pré-natal da gravidez normal;</p>

Número	Área e subárea de intervenção	Atividade/cuidado prestado
2	<p>(Garantir consultas de saúde infantil e juvenil segundo as orientações técnicas da DGS.)</p> <p>(Vigilância de acordo com as normas da DGS.)</p> <p>Cuidados em situação de doença aguda.</p>	<p>b) Promoção do diagnóstico pré-natal, com referência a unidades especializadas, segundo as normas em vigor;</p> <p>c) Referenciação de gravidez de risco e acompanhamento da situação, em continuidade e articulação de cuidados;</p> <p>d) Promoção de comportamentos (saudáveis) de adesão durante a gravidez, nomeadamente quanto ao consumo de tabaco, álcool e alimentação;</p> <p>e) Adaptação do casal ao novo estágio de vida familiar e implementação das mudanças necessárias ao ciclo vital;</p> <p>f) Apoio às puérperas após a alta hospitalar, cuidados que promovam a sua adaptação aos novos estádios de vida individual e familiar e promovam o aleitamento materno pelo menos até aos 3 meses de vida;</p> <p>g) Revisão do puerpério;</p> <p>1.3 - Saúde do recém-nascido (RN), da criança e do adolescente:</p> <p>a) Oferta pró-ativa da primeira consulta do RN, na sequência de receção de notícia de nascimento;</p> <p>b) Cuidados de saúde integrados, de forma a garantir a vigilância de saúde da criança nos dois primeiros anos de vida, na idade pré-escolar (2 - 6 anos) e escolar (6 - 10 anos);</p> <p>c) Exame global de saúde à criança de 5 - 6 anos e 11 - 13 anos;</p> <p>d) Cuidados de saúde integrados, de forma a garantir a vigilância aos adolescentes e jovens (11 - 19 anos), promovendo o atendimento sem barreiras e oferecendo «exames de saúde oportunistas»;</p> <p>e) Promoção do papel parental e paternidade eficaz;</p> <p>f) Referenciação a cuidados especializados e acompanhamento paralelo da situação em continuidade de cuidados;</p> <p>g) Identificação, encaminhamento e acompanhamento de crianças vítimas de negligência, maus-tratos e abusos sexuais;</p> <p>h) Identificar/promover o acompanhamento das crianças com problemas de desenvolvimento, de aprendizagem e jovens com problemas de aprendizagem e risco de abandono escolar;</p> <p>1.4 - Saúde do adulto e do idoso:</p> <p>a) Cuidados promotores de saúde e preventivos da doença, aos adultos (20 - 69 anos), selecionando as intervenções comprovadamente custo-efetivas em cada fase da vida e evitando os <i>check-up</i> genéricos e inespecíficos;</p> <p>b) Cuidados preventivos aos adultos mais idosos (com 70 e mais anos) organizando estes cuidados de acordo com uma identificação estruturada das necessidades específicas de cada pessoa e da família orientada para atuar sobre os determinantes de autonomia e independência;</p> <p>c) Cuidados que promovam o bem-estar e a autonomia da pessoa adulta e idosa, dirigidos prioritariamente aos grupos vulneráveis, aos grupos de risco e aos grupos com necessidades especiais;</p> <p>d) Abordagem de todas as situações pessoais tendo em conta avaliações do seu estado global de saúde e os contextos familiares, sócio-culturais e sócio-ocupacionais.</p> <p>a) Atendimento/resposta no próprio dia (que se poderá traduzir ou não em consulta) e com a máxima celeridade possível para todas as situações de doença aguda ou de sofrimento, na USF, ou no domicílio do doente, quando justificado.</p> <p>b) Reconhecimento, sinalização e intervenção apropriada, orientando as situações urgentes ou emergentes que necessitem de cuidados e suporte tecnológico hospitalares.</p> <p>c) Apoio ao doente/família/cuidador, no sentido da estabilização da situação e da adesão ao plano terapêutico.</p> <p>d) Execução dos planos terapêuticos, nomeadamente pela administração de medicamentos, realização de tratamentos, educação e apoio na reabilitação.</p> <p>e) Educação do doente/família/cuidador para a recuperação e a promoção da saúde.</p>

Número	Área e subárea de intervenção	Atividade/cuidado prestado
3	<p>Acompanhamento clínico das situações de doença crônica (ex. <i>Diabetes mellitus</i>, doença pulmonar obstrutiva crônica, hipertensão arterial, entre outras) e patologia múltipla.</p> <p>(Vigilância de acordo com as circulares normativas da DGS para as patologias contempladas.)</p>	<p>a) Vigilância, aconselhamento e educação do doente, familiares e outros cuidadores em situações de doença crônica em que são necessários cuidados por período longo de tempo: Promoção da aceitação do estado de saúde;</p> <p>Promoção da autovigilância;</p> <p>Promoção da gestão e adesão ao regime terapêutico;</p> <p>Promoção do autocuidado nas atividades de vida diárias;</p> <p>Apoio ao desenvolvimento de competências de autocontrole de doenças crônicas por parte dos doentes e seus cuidadores (familiares ou outros).</p> <p>b) Abordagem sistêmica e planeamento de cuidados, periodicamente revistos, em todas as situações de patologia múltipla, com avaliação regular dos riscos de polimedicação.</p> <p>c) Referenciação com relatório-síntese atualizados e mobilização de cuidados especializados, sempre que necessário, com acompanhamento simultâneo da situação e receção de retorno, em continuidade de cuidados.</p>
4	<p>Cuidados no domicílio (entendendo-se por domicílio, para efeitos da presente portaria, a habitação permanente do doente, excluindo-se lares, casas de repouso, IPSS, e outros locais semelhantes. O domicílio deverá estar na respetiva área geográfica de influência da USF.).</p>	<p>a) Consultas programadas para fins de promoção de saúde em situações de especial receptividade às mensagens de saúde, em colaboração com os recursos de cuidados na comunidade do centro de saúde da área.</p> <p>b) Consultas programadas aos doentes com dependência física e funcional que necessitem cuidados médicos e de enfermagem e não possam deslocar-se à USF, em colaboração com os recursos de cuidados na comunidade do centro de saúde da área.</p> <p>c) Consultas não programadas, por critérios médicos a pedido dos doentes ou seus familiares, em situações que incapacitem a deslocação do doente à USF, nomeadamente quando existe dependência física e funcional do doente.</p>
5	<p>Interligação e colaboração em rede com outros serviços, sectores e níveis de diferenciação, numa perspetiva de «gestor de saúde» do cidadão.</p>	<p>a) Interligação com os cuidados hospitalares, nomeadamente na referenciação, antes, durante o internamento ou após a alta hospitalar de doentes da lista de inscritos da USF garantindo a melhor continuidade de cuidados possível e evitando falhas por deficiente comunicação entre serviços.</p> <p>b) Comunicação aos serviços apropriados do centro de saúde da informação referente à atividade assistencial da USF ou outra indispensável ao planeamento e administração da saúde da comunidade.</p> <p>c) Comunicação e colaboração com os serviços de saúde pública e autoridade de saúde, tanto nos casos de doenças de declaração obrigatória, como em todos os casos em que a informação detida pelos profissionais da USF seja relevante para a proteção da saúde pública.</p> <p>d) Certificação de estados de saúde e de doença que surgirem como sequência dos atos médicos praticados e emissão de declarações específicas pedidas pelos utentes, desde que inseridas no estrito cumprimento da resposta ao direito à saúde dos cidadãos</p>

Anexo II do Despacho n.º 174/2017, de 31 de março

Princípios da carteira adicional de serviços

I - Princípios que devem ser observados na carteira adicional de serviços

A - Sem pôr em risco a concretização do núcleo base de cuidados (carteira básica de serviços), e em função das necessidades identificadas dos utentes e da disponibilidade

de recursos humanos e técnicos da USF, poderá ser contratualizada a prestação de cuidados de saúde adicionais, tais como:

- 1) Cuidados continuados integrados, para as situações em que a prestação de cuidados domiciliários, a utentes admitidos na RRCCI (rede regional de cuidados continuados integrados), seja superior a uma vez por dia, exceda uma hora e trinta minutos por dia em pelo menos três dias por semana, ou para

além dos dias úteis, fora do horário compreendido entre as 8 e as 20 horas, bem como quando as necessidades de cuidados requeiram um grau de diferenciação que exceda as atividades da carteira básica, nomeadamente, fisioterapia, psicologia, entre outras;

- 2) Colaboração com outras unidades funcionais em programas específicos de intervenção na comunidade:
 - 2.1) Em grupos, no âmbito da saúde escolar, da saúde oral e da saúde ocupacional;
 - 2.2) Em projetos dirigidos a cidadãos em risco de exclusão social;
 - 2.3) Em atendimento a adolescentes e jovens;
 - 2.4) Na prestação de outros cuidados que se mostrem pertinentes para o cumprimento dos objetivos do Plano Regional de Saúde.

B - A atividade proposta deve ser dirigida aos cidadãos - indivíduos, famílias ou comunidade - abrangidos pela USF ou pelo centro de saúde e em sintonia com o Plano Regional de Saúde.

C - Os serviços da carteira adicional, devem ser descritos e fundamentados no processo de candidatura, ou em fase posterior, em épocas a definir para o efeito, e incluir:

- i) Fundamentação;
- ii) Objetivos e metas e período de execução;
- iii) População alvo;
- iv) Atividades e carga horária mensal por grupo profissional;
- v) Caracterização dos profissionais envolvidos, explicitando a formação específica para a atividade;
- vi) Indicação se os serviços propostos são, ou não, uma atividade em desenvolvimento no centro de saúde;
- vii) Proposta de compensação financeira global da equipa e a respetiva distribuição pelos profissionais envolvidos.

D - A carteira adicional de serviços é objeto de apreciação no processo de avaliação da candidatura. Após aprovação, os termos da sua implementação são negociados entre o IA-Saúde, IP-RAM e o coordenador da USF, considerando os seguintes princípios:

- 1) Existência de um indicador de desempenho, que permita aferir a carga horária afeta com a produção estimada;
- 2) Possibilidade de contratualização de atividades por períodos inferiores a um ano;
- 3) Possibilidade de renegociação de atividades com base nos dados de acompanhamento.

E - As USF podem propor atividades para desenvolver em carteira adicional de serviços, até 30 dias antes do final de cada trimestre. A sua apreciação decorre nos 30 dias seguintes e, se aceite, inicia-se no trimestre imediato.

O IA-Saúde, IP-RAM, de acordo com a estratégia regional de saúde, pode convidar, a todo o tempo, as USF a

apresentarem propostas de atividades a desenvolver em carteira adicional de serviços.

II - Especificações técnicas das definições assistenciais

Deve ser dado cumprimento ao regime legal de cada carreira, nomeadamente o conteúdo do perfil profissional e o exercício das correspondentes funções, nos termos da legislação em vigor.

A execução de atividades nas diversas áreas de intervenção deve respeitar os critérios definidos pela Direcção-Geral de Saúde, além dos códigos deontológicos das respetivas profissões.

As modalidades de horários que forem adotadas devem estar de acordo com o regime e horário da respetiva carreira e as disposições legais em vigor, tanto para o trabalho normal como para o trabalho extraordinário.

SECRETARIA REGIONAL DE AGRICULTURA E PESCAS

Despacho n.º 175/2017

Despacho n.º GS-35/SRAP/2017

O Decreto-Lei n.º 64/2000, de 22 de abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 155/2008, de 7 de agosto, transpõe para a ordem jurídica nacional a Diretiva n.º 98/58/CE do Conselho, de 20 de julho, estabelecendo as normas mínimas relativas à proteção dos animais nas explorações pecuárias e especificando as medidas que devem ser adotadas pelos seus detentores para salvaguarda do bem-estar dos animais. Entre outras medidas, o citado decreto-lei veio estabelecer a obrigatoriedade de os animais abrangidos por aquela legislação serem cuidados e tratados por pessoal que possua as capacidades, conhecimentos e competências profissionais adequadas.

Face a estas exigências, torna-se necessário definir, conceber e implementar programas de formação nestas áreas, na Região Autónoma da Madeira (RAM).

Assim, e ao abrigo do disposto do artigo 5.º, da Portaria n.º 207-A/2015, de 4 de novembro na redação conferida pela alínea ab) da Portaria n.º 289/2016, de 3 de agosto e nos termos da Portaria n.º 307/2016, de 25 de agosto, determina-se o seguinte:

Artigo 1.º Objeto

- 1 - É aprovado o programa do curso de formação profissional específica sectorial em “Proteção de galinhas poedeiras nos locais de criação”, o qual consta da Parte I, do Anexo ao presente despacho, e do qual faz parte integrante.
- 2 - O curso de formação profissional específica sectorial em “Proteção de galinhas poedeiras nos locais de criação”, destina-se a agricultores detentores de explorações pecuárias registadas ou seus trabalhadores pecuários, ou profissionais que pretendam vir a exercer estas funções.
- 3 - O curso de formação profissional específica sectorial em “Proteção de galinhas poedeiras nos locais de criação” deve cumprir os requisitos estabelecidos no regulamento que consta da Parte II, do Anexo ao presente despacho.